

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, TEATRO DO OPRIMIDO E IDENTIDADE NEGRA DE ADOLESCENTES: TESES E DISSERTAÇÕES (2013-2017)

NON-FORMAL EDUCATION, OPRESSED THEATER AND BLACK IDENTITY OF TEENAGERS: THESES AND DISSERTATIONS (2013-2017)

Luana Athaydes Fernandes Oliveira 1
Mônica de Ávila Todaro 2

Resumo: A educação se dá ao longo da vida e está presente em todos os setores da existência humana. Está na família, na sala de aula, na escola, no bairro, na cidade e no sistema social, econômico e político. A educação não formal comporta todos os contextos em que as pessoas se agrupam espontaneamente para participar de ações educativas. O teatro do Oprimido precisa ser considerado como educação estética que pode influenciar no desenvolvimento da identidade. A identidade de um indivíduo nada mais é que um conjunto de identidades particulares: de caráter sexual, social, econômico, geográfico e étnico-racial. A identidade negra passa pela cor, ou seja, pela recuperação da negritude, física e culturalmente. Na busca por compreender o cenário acadêmico das pesquisas referentes à temática da prática do Teatro do Oprimido em ações de educação não formal, é objetivo do presente artigo: realizar um levantamento das pesquisas atuais (2013-2017) sobre o tema, levantando teses e dissertações que constam no banco de dados da Capes.

Palavras-chave: Identidade étnico-racial. Adolescentes. Negritude.

Abstract: Education takes place throughout life and is present in all sectors of human existence. It is in the family, in the classroom, at school, in the neighborhood, in the city and in the social, economic and political system. Non-formal education encompasses all contexts in which people spontaneously gather to participate in educational activities. The Theatre of the Oppressed needs to be considered as aesthetic education that can influence the development of identity. The identity of an individual is defined in a set of particular identities: of a sexual, social, economic, geographical and ethnic-racial character. Black identity goes through color, that is, the recovery of blackness, physically and culturally. In the quest to understand the academic scenario of research related to the theme of the practice of the Theatre of the Oppressed in non-formal education actions, the objective of this article is: to carry out a survey of current research (2013-2017) on the theme, raising theses and dissertations in the Capes database.

Keywords: Ethnic-racial identity. Teens. Blackness.

Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei 1
(UFSJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6190068072733329>.
E-mail: luanaathaydes@gmail.com

Doutora em Educação e Docente do Departamento de Ciências 2
da Educação e do Mestrado da Universidade Federal de São João del-Rei
(UFSJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1425333434856014>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7777-925X>. E-mail: mavilatodaro@ufsj.edu.br

Introdução

O presente artigo está dividido em cinco seções. A primeira traz um quadro teórico no qual se destacam as obras de Maria da Glória Gohn e Paulo Freire sobre educação. Na segunda, o Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, é apresentado como método. A terceira seção coloca para o leitor as concepções de identidade negra trazidas por Munanga e Nilma Lino Gomes. A quarta seção revela os resultados da pesquisa no banco de dados da CAPES. E a última se refere às considerações finais. O trabalho se justifica mediante a necessidade de conhecer o cenário acadêmico, por meio de uma revisão da literatura científica, no que se refere às teses e dissertações que apresentam a educação não formal como campo de pesquisa.

Educação não formal e o educador social

Ao longo da vida, nos deparamos com diversas formas de aprendizagem, pois desde o nascimento à morte nossa trajetória é repleta de ensinamentos. Toda relação social é por si só um ato de troca. Todo ser humano precisa do outro para se manter vivo e é nessa relação que somos mediados pelo mundo e pela sociedade que habitamos. Alves (2006) nos alerta que

A educação só tem sentido como vida e, portanto, deve considerar os sujeitos que dela participam como seres vivos integrais: cognitivo, físico, psíquico, afetivo, social e histórico. Educação é vida. E como só existe vida na relação com os outros, em sociedade, novamente concluímos que a educação só se faz presente numa relação com o outro, com o mundo e consigo mesmo (p.170).

De acordo com Trilla (2008), a educação está em todos os setores da existência humana, “Ela está na família, na sala de aula, na escola, no bairro, na cidade, no sistema social, econômico e político, sempre influenciando as relações.” (p.27). Daí a importância da educação não formal, como processo socioeducativo que se situa à margem dos espaços escolares, e se dá na interação entre os espaços de relação da comunidade.

Pesquisadores da área apresentam três possibilidades da educação se dar: Educação formal, informal e não formal. A respeito das ações formais e informais, assevera Gohn (2013):

Ação formal é aquela desenvolvida nas escolas com conteúdos previamente demarcados; a informal é aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, com amigos etc. - carregado de valores e culturas próprias de pertencimento e sentimentos herdados (p.11).

Educar é um ato complexo e possui uma diversidade de fatores que influenciam a formação das pessoas, como afirma Trilla (2008),

Há educação, é claro, na escola e na família, mas ela também se verifica nas bibliotecas e nos museus, num processo de educação à distância e numa brinquedoteca. Na rua, no cinema, vendo televisão e navegando na internet, nas reuniões, nos jogos e brinquedos, mesmo que eles não sejam chamados de educativos ou didáticos (p.29).

Todas estas ações são processos socioeducativos que também formam as pessoas. Gohn (2013) nos explica que

A concepção de educação não formal parte do suposto de que a educação propriamente dita é um conjunto, uma somatória que inclui a articulação entre educação formal, aquela recebida na escola via matérias e disciplinas normatizadas; a educação informal que é aquela que o indivíduo assimila pelo local onde nasce, pela família, religião que professa, por meio

do pertencimento, região, território e classe social da família; e a não formal que tem um campo próprio embora possa se articular com as duas (p.21).

Gohn (2013, p.22) complementa ainda que “a educação não formal comporta todos os contextos em que as pessoas se agrupam espontaneamente”, sem a mesma obrigatoriedade presente na escola, “com a intenção de criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos”. Difere-se da educação formal, pois não possui uma legislação que normatiza critérios e procedimentos específicos. Ainda, segundo a autora, “Não possui o caráter formal dos processos escolares que são normatizados por instituições superiores oficiais e certificadas por legislações” (p. 22) e acaba por criar um conhecimento coletivo.

Na educação formal, há um tempo de permanência, fixação e aprendizagem bem definido em cada contexto escolar na rotina dos educandos, diferente da educação não formal na qual há uma maior flexibilidade do tempo de aprendizagem e um respeito aos saberes dos educandos. A característica de formação da educação não formal se dá no caráter da cidadania, na construção das relações sociais baseadas no princípio de igualdade e justiça social e na formação de uma identidade coletiva do grupo, desenvolvendo autoestima e o empoderamento das pessoas.

A educação não formal tem uma grande responsabilidade na formação do sujeito quanto à aprendizagem política dos direitos enquanto cidadãos, a capacitação dos indivíduos para a vida profissional, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para solução de problemas coletivos cotidianos que possibilitem que os indivíduos façam uma leitura crítica do mundo.

Em Gohn (2011, p. 21), temos que a educação não formal eleva a “[...] consciência e organização de como agir em grupos coletivos, contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade”. Ao se propor a formar o cidadão na e para a vida, tal objetivo pode ser fundamental no processo de construção da identidade do sujeito.

A educação não formal se caracteriza por tratar de processos de aprendizagem baseados nas vivências adquiridas a partir das experiências de ações coletivas organizadas, não como disciplinas normativas em eixos temáticos, mas em ações comunitárias como movimentos sociais. Diversas organizações da sociedade civil têm atuado na área da educação não formal contribuindo no preenchimento da lacuna deixada pela educação formal que não contempla todos os processos necessários de educação e demanda da sociedade, principalmente no combate à invisibilidade de grupos excluídos e marginalizados que historicamente tiveram suas identidades negadas.

Entende-se que as práticas educativas desenvolvidas além dos muros escolares têm possibilitado a produção de saberes e de alternativas para solucionar problemas coletivos a partir das experiências dos educandos, pois se apresenta

[...] com uma perspectiva que aborda a Educação como promotora de mecanismos de inclusão social, que promove o acesso aos direitos de cidadania. Trata-se de uma concepção ampliada, que alarga os domínios da Educação para além dos muros escolares e que resgata alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como, por exemplo, o de civilidade (GOHN, 2010, p.23).

Para tanto, se destaca a intencionalidade que existe no processo de educação não formal, que se motiva a partir das demandas da sociedade, baseada em fatores sociais, econômicos e ambientais que a comunidade ou grupo social específico precisa para seu desenvolvimento sustentável. Neste sentido, Gohn (2006) ressalta que:

A educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que

ele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara cidadãos, educa o ser humano para civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc. (p. 29-30).

Por permitir ações educativas adaptáveis a cada grupo específico, não seguir nenhum currículo padronizado e imposto por normas legais administrativas, não ter um caráter obrigatório característico da educação formal e principalmente por conter como objetivo a valorização às culturas individuais, a educação não formal tende a traçar caminhos potentes, flexíveis e abertos, de perfil participativo e adaptável às necessidades específicas a cada experimentação educacional. Tal fato permite uma prática baseada no diálogo, na qual os participantes podem decidir sobre a estrutura, metodologia e avaliação das atividades a serem realizadas com a mediação do educador social.

Sobre a prática do educador social e sua função dialógica, Gohn (2013) afirma que:

O aprendizado do educador social realiza-se como em uma mão dupla, ele aprende e ensina, o diálogo é o meio da comunicação, mas a sensibilidade para entender e captar a cultura local do outro, do diferente, do nativo daquela região é algo primordial. A escolha dos temas geradores dos trabalhos com uma comunidade não pode ser aleatória ou pré-selecionada, sendo imposta do exterior para o grupo, os temas devem emergir de assunto gerados no cotidiano daquele grupo, que tem alguma ligação com a vida cotidiana considerada a cultura local em termos de seu modo de vida, faixas etárias, grupos de gênero, nacionalidades, religiões e crenças, hábitos de consumo, práticas coletivas, divisão do trabalho no interior das famílias, relações de parentesco, vínculos sociais, rede de solidariedade construídas no local (p.21).

Gohn (2013, p.23) também salienta que o educador social deve participar de todo processo de produção de saberes “a partir da tradução de culturas locais existentes, e da reconstrução e ressignificação de alguns eixos valorativos, em confronto com saberes novos que se incorporam”. A construção no processo não formal é coletiva, uma troca constante entre ensinar e aprender, com base no diálogo com os educandos e a equipe pedagógica.

A função de Educador Social é reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO¹, e apresenta como sinônimos: arte educador, educador de rua, educador social de rua, instrutor educacional e orientador sócio educativo. Na categoria delimitada, a função de Educador social pertence à mesma família ocupacional dos Conselheiros Tutelares, e tem como obrigatoriedades afins, como:

Desenvolver ações para garantir direitos tem atribuição de identificar as violações e ofensas, orientando o assistido juntamente com seus familiares sobre seus direitos, fazer encaminhamentos a entidades e serviços; denunciar situações de risco e solicitar resgate, podendo também, tomar parte da atividade e reencaminhar o assistido/usuário/educando, se necessário (BRASIL, 2010, p.7).

Ainda segundo a CBO (Brasil, 2010), os educadores devem:

1 A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é uma sistematização técnica elaborada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do Ministério do Trabalho, que reconhece, nomeia, codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro⁷⁸. O Educador Social passou a integrar a CBO em 21/01/2009. (Dados da Classificação Brasileira de Ocupações, 2018, acessado em 19/03/2019 às 11h14min. Referência: <http://trabalho.gov.br/dados-abertos-mtb/secretaria-de-politicas-publicas-de-emprego>)

Criar vínculos com os destinatários de suas atividades, conscientizá-los sobre riscos, aconselhá-los para despertar neles o desejo para mudar de vida, resgatar sua autoestima, apontar alternativas, despertar aptidões e habilidades. Identificar necessidades e demandas. O profissional Educador Social deve receber informações sobre violação de direitos, dialogar e observar necessidades de assistidos/usuários/educandos, estabelecer contatos com familiares e vizinhança, levantar dados estatísticos, pesquisar histórico familiar e, também, monitorar comportamentos (p.12).

Para a CBO, a principal função do educador social é desenvolver atividades socioeducativas. É importante que o profissional da educação social demonstre um perfil específico para tal função, como ter disponibilidade em

Trabalhar em equipe, servir de exemplo, inspirar confiança, buscar identificação, empatia, despertar esperança, exercitar atividade de escuta, demonstrar entusiasmo, criatividade, facilidade de comunicação, persistência e capacidade de compreensão [...] respeitar diferenças, assumir riscos, evidenciar coragem, tomar decisões, administrar conflitos, demonstrar autocontrole, ter capacidade de negociação, demonstrando proatividade e flexibilidade (BRASIL, 2010, p.14).

O educador social desenvolve sua prática baseada em uma metodologia de trabalho voltada às camadas populares a fim de exercer seu fazer com uma forte tendência libertadora. Trata-se, portanto, de uma prática que se aproxima dos pressupostos freireanos, por seu compromisso com o diálogo e com a rigorosidade, voltados àqueles que são historicamente marginalizados e fortemente impactados pela negação de acesso aos bens sociais, culturais e materiais.

Ao educador social, cabe a função ética de ser, como denomina Freire (2011) na obra "Pedagogia da Autonomia" (p.12), um "educador progressista", que não pode se eximir do exercício de uma pedagogia democrática e capacitadora da emancipação do ser, "uma pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade à própria autonomia do educando" (p.12).

Exercer a função de educador social diz muito mais sobre o exercício de ser educador do que ser o professor que "deposita" o conteúdo programático. É função inerente ao educador social ser aquele que garante a "convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume, e ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócio-histórico-culturais do ato de conhecer" (FREIRE, 2011, p.12)

O educador social é também um militante, cuja formação é, na maioria das vezes, adquirida nas bases dos movimentos sociais, na luta diária pela construção de um mundo mais justo e principalmente, no amor e na crença de que a mudança do mundo começa e termina pela transformação do próximo. Essa fé, mesmo que combustível para o trabalho diário desse profissional, pode resultar em desvalorização. Se a exigência por formação inicial e continuada não é preponderante então isso implica na desvalorização salarial e a precarização do seu trabalho e impõe uma visão caritativa na profissão.

Tal flexibilização acerca da exigência da formação acadêmica dos profissionais da educação não formal acaba por permitir uma desvalorização dos profissionais e de seu fazer, como problematiza a pesquisadora Jacyara Paiva (2015):

É como se a Educação Social seguisse por uma trilha alternativa enquanto a Educação Escolar por um caminho asfaltado, não menos complexo. (...) O Educador social é hoje um educador das margens que também de alguma forma está à margem e nela caminha precariamente, sem formação oficial, são brasileiros que se propõem a caminhar com os oprimidos (p.83).

Portanto, o educador social destaca-se como um educador comprometido com a emancipação dos sujeitos, advindos de comunidades, vinculados a organizações não governamentais e/ou vinculados a programas da área da assistência social, no setor da Proteção Social Básica², que se destina à prevenção de situações de risco, e promove o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Gohn (2010) destaca que o Educador Social pode ser considerado também como um dos protagonistas na construção de ações interventivas que promovam espaços de aprendizagem e protagonismo juvenil, possibilitando a interlocução, o diálogo, com camadas econômicas, educacionais e socialmente vulneráveis e, por vezes, invisibilizadas. Desse modo, cabe ao profissional da educação social muito mais que disponibilidade e formação acadêmica, é exigida “A coerência entre o que digo, o que escrevo e faço” (FREIRE, 2011, p.101).

Para se adquirir ética profissional é necessário saber-se de si. Freire (2011, p.126) destaca que prefere “ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano”, a se bater “por uma legislação que o defenda contra as arrancadas agressivas e injustas de quem transgride a própria ética”.

Ao ler criticamente o mundo que habita e suas injustiças, o educador social refletirá sobre a prática educativa e suas responsabilidades para com seus educandos. Como aborda Freire (2011),

A consciência é exigência humana [...] A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca [...] O inacabamento de que nos tornamos conscientes nos faz seres éticos. (FREIRE, 2011, p.54-58).

A base do trabalho do educador social se dá no respeito à autonomia e à dignidade de cada um, sendo um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Se a ética deve se alimentar todo seu fazer e toda sua relação com o outro, ser educador social significa ser agente da justiça e da emancipação social, afirmando que “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”. “A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar” (FREIRE, 2011, p.36) lutar, resistir e perceber que talvez seja o processo socioeducativo o caminho mais bonito da construção do ser, da igualdade e do respeito pelo próximo.

O Teatro do oprimido como método

Augusto Boal, carioca, engenheiro químico, pós-graduado pela Universidade de Columbia, Nova York, em meados dos anos 50, abandona a carreira científica pela arte teatral. A principal obra de Boal chama-se Teatro do Oprimido. Ela reúne ensaios do autor, escritos desde 1962, em São Paulo, até 1973, em Buenos Aires, época em que estava no exílio, tendo sido publicada no Brasil em 1975, pela editora Civilização Brasileira.

Na obra em questão, Boal homenageia explicitamente Paulo Freire, fazendo a analogia com a obra Pedagogia do Oprimido. Boal transparece que o aspecto pedagógico dessa proposta teatral fica em primeiro plano. O Teatro do Oprimido é, portanto, um método do fazer teatral e um projeto político que implicam numa educação estética.

O Teatro do Oprimido é praticado no mundo todo em escolas, presídios, hospitais psiquiátricos, instituições historicamente normativas e opressivas. É um método dialético, que alia o fazer teatral com a libertação do oprimido. Parte das contradições da sociedade real, constrói

² Proteção Social Básica: visa à prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. São eles: Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, serviços continuados para o atendimento a crianças, adolescentes, famílias e idosos, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

categorias, hipóteses e conceitos, e finalmente volta novamente à sociedade, para intervir em suas contradições mediante a práxis. Busca combater a opressão no sentido individual e coletivo. Visa libertar o espectador da sua condição passiva, fazendo com que ele se liberte também de suas outras opressões. Concordamos com Boal (2009), quando ele denuncia que “Os que pretendem separar o teatro da política, pretendem conduzir-nos ao erro – e esta é uma atitude política.” (p.11).

Há na técnica do Teatro do Oprimido características únicas no trabalho do ator que lhe definirão como um agente de atuação em prol da libertação de si e do público, conceitos que perpassam a construção da identidade dos sujeitos em relação às suas construções artísticas. Para Boal, não basta apenas atuar, é necessário um investimento numa interpretação social. Faz-se necessária a participação do ator como agente de uma política cênica, construção de uma história fictícia baseada nas vivências reais.

Tal interpretação, que propõe esse nascer da personagem de dentro para fora, influenciada pelas relações exteriores que compõe a identidade do ator, pretende a libertação do ator “de suas mecanizações cotidianas”, na qual a realidade passa a pertencer ao espetáculo em todos os aspectos, inclusive na construção da personagem que não mais se distancia do sujeito ator. Boal (1991) traz que “estendidos os limites de sua percepção e expressão, este ator, assim liberto, reduz suas possibilidades, àquelas exigidas pelas inter-relações nas quais desenvolve seu personagem” (p. 194).

Esta proposta de encenação libertária, que é o Teatro do Oprimido, traz como conquista a quebra do comportamento mecanizado que cada um de nós constrói ao longo da vida, seja através de rótulos sociais ou diversas opressões que fazem com que cada sujeito se perceba como a sociedade “diz” que deva se perceber. A essas rotulações, Boal propõe a “desvinculação ator-personagem”, de onde nasce uma nova forma de ser ator, se libertando de preceitos estigmatizados socialmente.

Por fim, o Teatro do Oprimido, é método, caminho e projeto político que busca questionar as diferentes realidades através da arte teatral, potencializando a linguagem artística enquanto discurso e educação estética. Como afirma Boal (1991, p.203), “a arte é uma forma de conhecimento, portanto o artista se obriga a interpretar a realidade, tornando-a inteligível.”. Acreditamos ser essencial fazer do Teatro do Oprimido um caminho de (re)construção da(s) identidade(s).

A Identidade negra

A identidade de um indivíduo nada mais é que um conjunto de identidades particulares: de caráter sexual, social, econômico, geográfico e étnico-racial. No Brasil, por fatores históricos e culturais, a construção da identidade é atravessada pelas condições impostas para desenvolver, ou não, sentimentos de autovalorização, de rejeição aos preconceitos e de força suficiente para lutar para ser reconhecido como iguais, em suas diferenças.

Para Dubar (2005), a identidade de alguém não pode ser analisada fora das trajetórias sociais nas quais os indivíduos constroem identidades para si e para o grupo. A construção da identidade do ser humano, enquanto ser social, está diretamente ligada a seu processo de socialização. Tal socialização acontece no convívio familiar, no pertencer à determinada comunidade e na trajetória escolar.

De acordo com Calado (1999), “a busca de construção da identidade implica de um lado o esforço de identificar e superar adversidades interpostas a tal caminhada.” (p. 23). São muitas as adversidades impostas na caminhada da construção de uma identidade negra. Como afirma João Batista Borges Pereira (1987),

A escola, primeiro núcleo de socialização do indivíduo, é vista por esses grupos negros como uma possibilidade de mudança social e de acesso a oportunidades. Porém, a instituição escolar reproduz em seu micromundo o esquema estrutural da relação brancos e negros, uma relação de dominação e subordinação. A mensagem que a escola transmite reflete toda a estereotipia que circula na sociedade brasileira: a imagem estigmatizada do negro. Detecta-se essa estigmatização nos livros didáticos, na literatura, nas exposições orais e comportamentos de

professores e até mesmo nas brincadeiras lúdicas entre as crianças (p.4).

Nilma Lino Gomes (2003) afirma que

tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto, dependem da maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Este é um movimento que passa por qualquer processo identitário e por isso diz respeito também a construção da identidade negra (p. 170).

Como a construção da identidade negra e o reconhecimento dela dependem de todo contexto que cerca o indivíduo, temos em Munanga (2004) que

essa identidade, que é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social etc. (p.14).

Para que se preencha esse vazio de conhecimento de si mesmo, é necessária uma transição para a conscientização. Como afirmam Todaro e Costa (2018), no artigo intitulado “O racismo contra negros numa perspectiva freireana: categorias fundantes”:

Faz-se necessário que os oprimidos (negros) tomem consciência das razões de seu estado de opressão e não aceitem fatalistamente a sua exploração. Isso, porque, ao assumir posições passivas, alheadas, com relação à necessidade de sua própria luta pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo estará sendo conivente com esse sistema opressor (p.100).

Munanga (2004), ao tratar da construção da identidade negra na contemporaneidade, traz que:

no que diz respeito aos movimentos negros contemporâneos, eles tentam construir uma identidade a partir das peculiaridades do seu grupo: seu passado histórico como herdeiros dos escravizados africanos, sua situação como membros de grupo estigmatizado, racializado e excluído das posições de comando na sociedade cuja construção contou com seu trabalho gratuito, como membros de grupo étnico-racial que teve sua humanidade negada e sua cultura inferiorizada. Essa identidade passa por sua cor, ou seja, pela recuperação de sua negritude, física e culturalmente (p.16).

Portanto, falar de identidade negra no Brasil é tratar das diversas identidades que constituem a negritude do povo negro, histórica e culturalmente. Reconhecer-se negro é identificar-se como tal. No Brasil, a identidade negra traz como desafio o enfrentamento do racismo que tem o imenso poder de hierarquizar os grupos sociais, dilacerar personalidades, destituir direitos, silenciar multidões, negligenciar oportunidades, bem como impor limitações e oportunidades aos indivíduos. Perceber, analisar e reforçar a luta contra este sistema imposto, de maneira nada sutil no cenário político atual brasileiro, é tarefa inerente à função de educador social.

Resultados: o cenário acadêmico

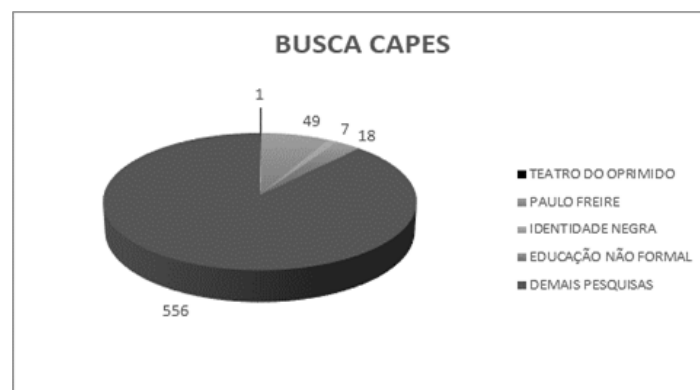
Na busca por compreender o “cenário acadêmico” das pesquisas referentes à temática da prática do Teatro do Oprimido em ações de educação não formal, estabelecemos como objetivo a ser alcançado neste artigo: realizar um levantamento das pesquisas atuais (2013-2017) sobre o tema, apresentando teses e dissertações que constam no banco da Capes.

Para isso, optamos pelo procedimento: Levantamento sistemático da produção acadêmica elaborada no contexto das práticas de teatro do oprimido em processos de educação não formal inscritos no banco de teses e dissertações da Capes; Identificação das dissertações e teses que se aproximam do tema; Procedimento da análise, de acordo com os termos da busca; Elaboração de uma síntese dos resultados encontrados.

A investigação do acervo de teses e dissertações da capes foi realizada de acordo com os seguintes passos: Acesso ao site: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>; Seleção da busca pelas seguintes palavras chave: “Teatro do Oprimido”; “Educação não formal”; “Paulo Freire”; e “Identidade Negra”; Refinamento dos resultados: Mestrado e doutorado; Anos: 2013, 2014, 2015, 2016, 2017; Grande área: Ciências Humanas; Área de conhecimento: Educação; Área de concentração: Educação; Nome do programa: Educação.

Partindo dessas categorias, a busca resultou em seiscentas e trinta e uma teses e dissertações. A partir dessa quantidade de resultados, foi feita a leitura, uma a uma, do título da pesquisa e se haviam nele citadas as palavras-chave procuradas, como descrito no gráfico 1:

Gráfico 1. Busca no banco de dados da Capes

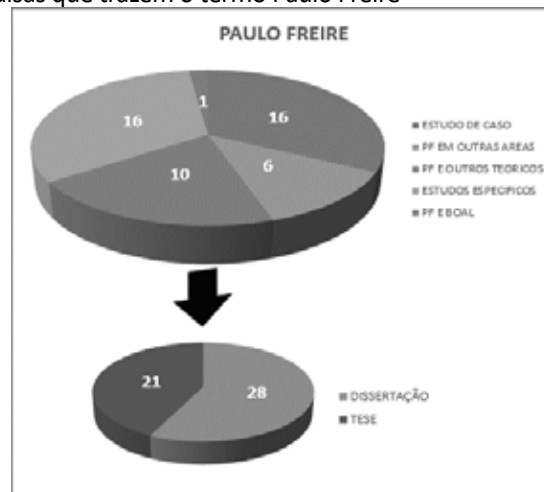


Fonte: elaboração própria.

Somente uma pesquisa usa o termo “teatro do oprimido” referenciado no título. A dissertação intitulada “Entre a metaxis e a filofia da práxis: o teatro do oprimido – perspectivas para o teatro na educação” da Universidade Federal de São Carlos, da pesquisadora Michele Adriana de Moraes”. Destaca-se, nela, o percurso de aplicabilidade do método de Boal, mas a mesma se difere da proposta aqui pesquisada por se dar em âmbito da educação formal.

No intuito de aprofundar na busca, foram feitos outros recortes, como mostram os gráficos seguintes:

Gráfico 2: Pesquisas que trazem o termo Paulo Freire

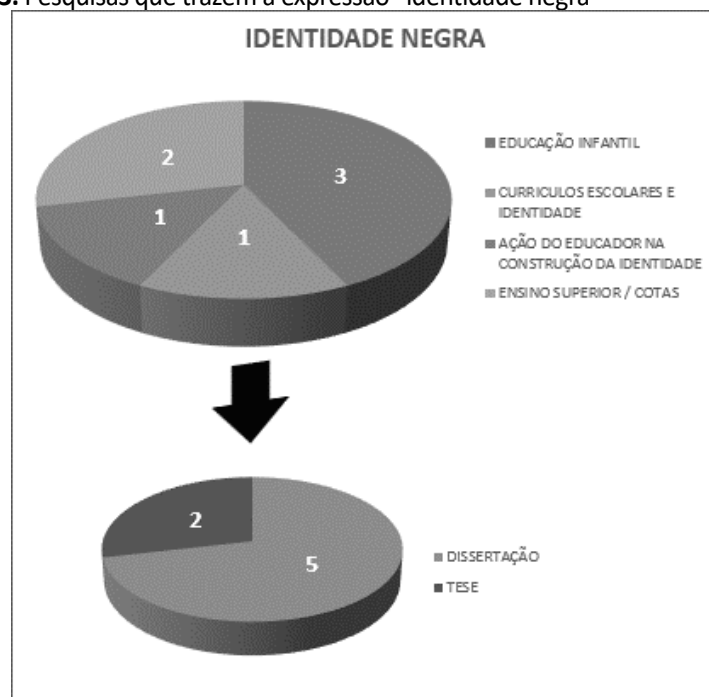


Fonte: elaboração própria.

Foram encontradas quarenta e nove pesquisas que citam o termo “Paulo Freire” no título, restando apenas uma com o recorte “Paulo Freire e Boal”. Porém, a pesquisa intitulada “Antropofagia cultural brasileira e as práticas inventivas de Hélio Oiticica, Paulo Freire e Augusto Boal: contribuições ecologistas e interculturais para a formação de professores (as)”, tese de doutorado da Universidade Federal de Santa Maria, da pesquisadora Ivete Souza da Silva, do ano de 2013, aborda, numa perspectiva intercultural, os pressupostos teóricos dos autores citados no título, com o objetivo principal de auxiliar na formação de professores.

Quanto às pesquisas que trazem “Identidade negra” no título, foram encontradas sete, a saber: “A criança negra: representações sociais de professores de educação infantil”, da Universidade do Estado do Paraná, do ano de 2013; “Precipitação curricular responsável: entre a estratégia e o limite singular da identidade negra”, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do ano de 2015; “Diálogos e tensões: o olhar de professoras negras e brancas sobre a constituição da identidade negra no contexto escolar”, da Universidade Federal de São Carlo, do ano de 2014; “Estudantes negros ingressantes na universidade por meio de reserva de vagas: um estudo sobre processos educativos de construção de identidade negra e pertencimento étnico-racial no ensino superior”, da Universidade Federal de São Carlos, do ano de 2013; “A roda de história na educação infantil: a narrativa do contexto da valorização da identidade negra, criatividade e autoria de pensamento”, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do ano de 2017; “A construção da identidade racial de crianças negras na educação infantil”, da Universidade Tuiuti do Paraná, do ano de 2014; “Identidades e negritude na perspectiva de estudantes negros e negras”, da Universidade do Extremo sul Catarinense, do ano de 2016. Sendo seis em educação formal e uma não tendo definido o ambiente escolar. Nenhuma pesquisa neste recorte apresenta referencial sobre a construção da identidade negra em crianças e adolescentes, como mostra o gráfico 3:

Gráfico 3. Pesquisas que trazem a expressão “identidade negra”

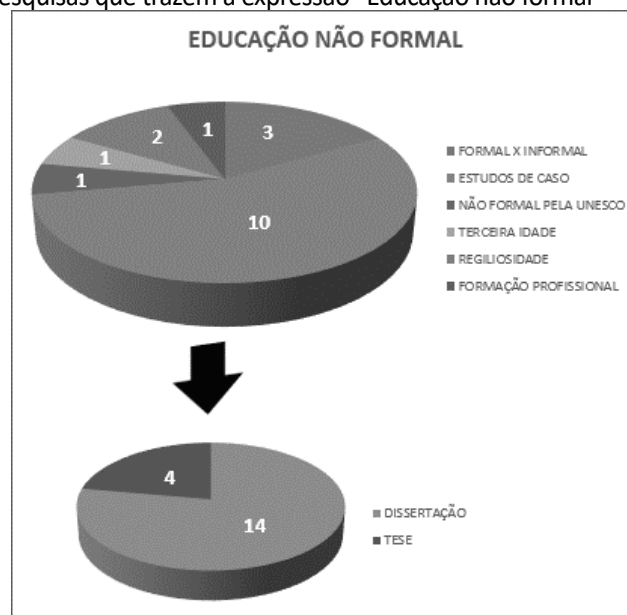


Fonte: elaboração própria.

No recorte do termo “educação não formal” no título dos trabalhos, o resultado foi de dezoito pesquisas encontradas: “Educação não formal x educação formal: diferentes práticas de ensino e a construção de identidades surdas”, da Universidade São Francisco, do ano de 2014; “Educação não formal: do cuidado à emancipação? Cartografias das práticas educativas das Organizações Sociais de Joinville vinculadas à Associação Joinvilense de Organizações Sociais – AJOS”, da Universidade da Região de Joinville, do ano de 2013; “O encontro entre a educação formal e não formal no programa escola integrada possibilidades e desafios”, da Universidade Federal de Minas Gerais,

do ano de 2015; “Educação não formal: a contribuição da música para a educação da sensibilidade na adultez”, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, do ano de 2013; “A educação não formal para as relações étnico- raciais através das políticas de cultura na cidade de Ituiutaba – MG”, da Universidade Federal de Uberlândia, do ano de 2017; “A educação não formal praticada por movimentos sociais e suas implicações para identidade da comunidade de Faxinal de Marmeleiro de Baixo”, da Universidade Estadual do Centro Oeste, do ano de 2017; “A educação não formal a partir dos relatórios da Unesco”, da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, do ano de 2014; “ A educação não formal e a prática educativa do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin – Realeza/PR”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, do ano de 2016; “Aprender e ensinar nas barrancas do Rio Paraguai: Articulação entre educação Formal e Educação não formal no Processo de formação das mulheres pescadoras do Proeja – FIC em Cáceres/MT”, da Universidade do Estado do Mato Grosso, do ano de 2017; “Educação não formal: Um olhar sobre a formação e atuação de pedagogos (as) na Região dos Inconfidentes”, da Universidade Federal de Ouro preto, do ano de 2017; “Processos criativos na velhice num contexto de educação não formal: O desenho e a pintura como conhecimento estético e artístico”, da Universidade Estadual de Maringá, do ano de 2013; “Educação não formal e religiosidade: outro front para o debate de laicidade da educação”, da Universidade Estadual de Campinas, do ano de 2014; “Aprendizagem e interação em um ambiente de educação não formal: A UNESP aberta e as potencialidades do MOOCS”, da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, do ano de 2017; “A cigarra e a formiga sobre trajetórias de músicos e suas inserções na educação não formal”, da Universidade Estadual de Campinas, do ano de 2017; “Turismo cultural e educação não formal em fazendas históricas paulistas: uma abordagem inovadora no campo do patrimônio histórico-cultural”, da Universidade Estadual de Campinas, do ano de 2015; “Educação musical humanizadora: Uma experiência com crianças no campo da educação não formal”, da Universidade Federal de São Carlos, do ano de 2017; “Educação não formal e divulgação da Astronomia do Brasil: O que pensam os especialistas e o que diz a literatura”, da Universidade Federal de São Carlos, do ano de 2014; “Um clube... na escola: Identidade e interfaces com a educação (não formal) a partir de uma revisão sistemática”, da Universidade Regional de Blumenau, do ano de 2017. Sendo a grande maioria estudos de casos, nenhuma pesquisa encontrada investiga o processo de um grupo teatral na educação não formal. Outros recortes do tema seguem explicitados no gráfico 4.

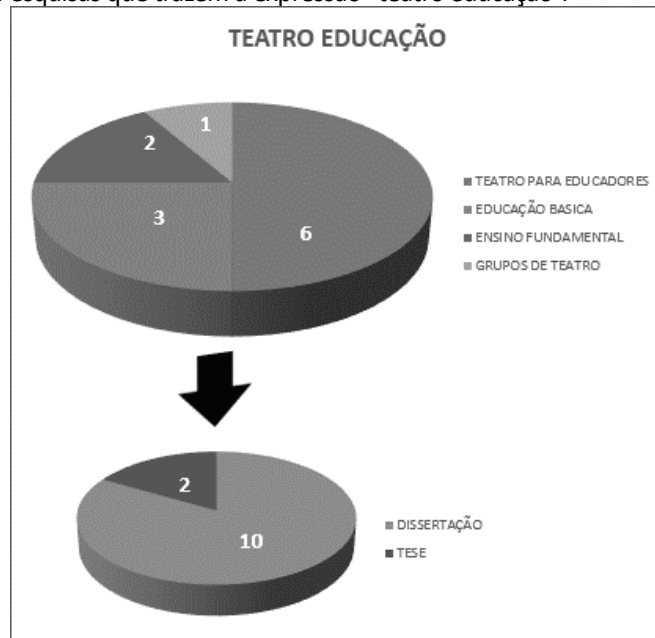
Gráfico 4. Pesquisas que trazem a expressão “Educação não formal”



Fonte: elaboração própria.

Com o objetivo de encontrar pesquisas que pudessem dialogar com o tema “Teatro educação”, ampliamos, dentre as 631 pesquisas selecionadas, a busca como mostram os gráficos seguintes:

Gráfico 5. Pesquisas que trazem a expressão “teatro educação”.



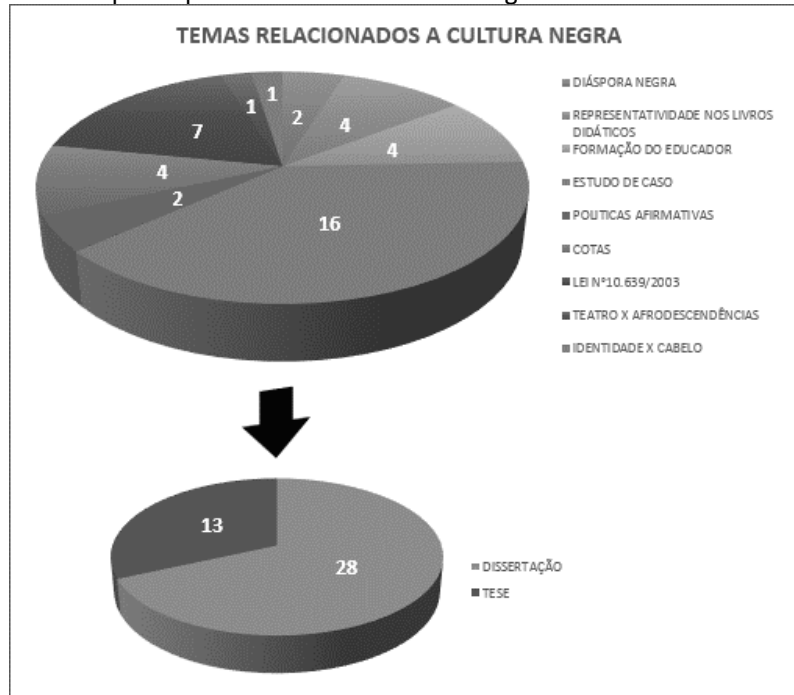
Fonte: elaboração própria.

Dentre as 631 pesquisas selecionadas, doze abordam a temática do teatro educação: “Um olhar sobre a formação continuada em teatro para professores das primeiras séries do ensino básico: acontecimento e experiência no projeto Conexão Galpão/BH”, da Universidade Federal de Minas Gerais, do ano de 2014; “Um diálogo entre Vygotsky e o sistema teórico da afetividade ampliada: o teatro na educação básica e o desenvolvimento socioemocional humano”, da Universidade Federal do Paraná, do ano de 2014; “Teatro, educação e cidadania: estudo em uma escola do Ensino Básico”, da Universidade Estadual de Campinas, do ano de 2013; “O currículo de arte – A linguagem do teatro para os anos iniciais do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo”, da Universidade Metodista de São Paulo, do ano de 2016; “Jogando, representando no PIBID: Possibilidades e limites da improvisação teatral na formação de professores de Ciências”, da Universidade Federal do Paraná, do ano de 2014; “Genética teatral na escola: o livro de encenação como elemento formativo”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do ano de 2015; “Eu sou essa! Eu sou esse! Corpos, perspectivas e minúcias teatrais na pequena infância”, da Universidade Federal de Minas Gerais, do ano de 2016; “O trabalho do arte-educador de teatro na fundação casa”, da Universidade Estadual de Campinas, do ano de 2014; “A práxis docente (im)possível de literatura: teatro, subjetividade e engajamento social”, da Universidade Federal do Espírito Santo, do ano de 2013; “Teatro na formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental”, da Universidade Estadual de Maringá, do ano de 2013; “Performance, histórias de vida e formação de professores: o teatro – documentário como via”, da Universidade Estadual de Campinas, do ano de 2013; “Práticas de leitura no teatro de grupo: aproximações com a escola”, da Universidade de São Paulo, do ano de 2014. Destas, seis apresentam o teatro como metodologia para formação de educadores; três apresentam estudos de caso da aplicabilidade do teatro na educação básica; uma apresenta um estudo de caso no ensino fundamental; uma realiza o estudo de caso no ensino médio e uma pesquisa traz um estudo de caso de um grupo teatral, mas investiga o processo de formação para atores adultos.

Seguimos aprofundando nossa busca dentre as pesquisas selecionadas para aquelas que abordassem de alguma maneira a cultura negra ou questões relacionadas à negritude e suas diferentes representações como diáspora, cotas raciais na educação superior, movimentos

quilombolas e a lei 10.639/03.

Gráfico 6: Pesquisas que trazem o tema “cultura negra”



Fonte: elaboração própria.

Foram encontradas ao todo quarenta e uma pesquisas, sendo na sua maioria dissertações e teses sobre formação da juventude negra, porém nenhum trabalho abordando a linguagem do teatro como ação educativa no âmbito da educação não formal. Da busca, destaca-se a pesquisa intitulada “Cultura teatral afrodescendente: representações raciais e pedagogias culturais no teatro do Rio Grande do Sul”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do ano de 2015. A pesquisa investiga a experiência de um grupo de atores adultos pertencentes a um grupo de teatro profissional, que não foi formado a partir de uma experiência na educação não formal.

Considerações Finais

Concluimos, portanto, que por meio da busca do catálogo de teses e dissertações da capes, foi possível notar que há um campo aberto para pesquisas que foquem o teatro, especificamente, como linguagem de transformação e formação, no campo da educação não formal. Tal fato nos leva a acreditar na importância de pesquisar a prática do Teatro do Oprimido e seu impacto na construção da identidade negra de adolescentes, com destaque para as ações na educação não formal.

Referências

ALVES, Adriana. Relações de saber e com o saber de jovens de camadas populares: o caso do programa Avizinhar-se/USP. 2006. **Dissertação** (Mestrado) – Departamento de Educação, Unesp – Instituto de Biociências, Rio Claro, 2006.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BRASIL. Classificação Brasileira de Ocupações: **CBO**. 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

CALADO, Alder Julio Ferreira. **Memória histórica e movimentos sociais: ecos libertários de heresias medievais na contemporaneidade**. João Pessoa: Ideia Editora, 1999.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Educação não formal e cultura política**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Educação não formal e o educador social em projetos. In: VERCELLI, Lígia (Org.). **Educação não formal: campos de atuação**. Jundiaí, SP: Paco editorial, 2013. p. 11-32.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, Ag. 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA, Antônio. Afinal, quais os reflexos da contradição capital e trabalho na atividade de trabalho e formação do educador social? In: MÜLLER, Verônica Regina. **Pedagogia social e educação social: reflexões sobre as práticas educativas no Brasil, Uruguai e Argentina**. Curitiba: Appris, 2017. 172p.

TODARO Mônica de Ávila; COSTA Thiago Batista. Racismo contra negros numa perspectiva Freireana: categorias fundantes. **Revista Pró-Discente**. Programa de pós-graduação em educação, Vitória, ES, v. 24, n.2, p. 88-103, jul./dez. 2018.

TRILLA, Jaume. **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

Recebido em 13 de setembro de 2019.

Aceito em 19 de março de 2020.